

# Extrato de DAP Pessoa Jurídica

Chave do extrato: 3602

Emitido em: 20/04/2021 às 08:49:31

DAP: SDW0299837000012004210846

Versão DAP: 3.2

Emissão: 20/04/2021

Validade(\*): 20/04/2023

Informações da Pessoa Jurídica

CNPJ: 02.998.370/0001-95

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32

Tipo Pessoa Jurídica: Associação da AF

Municipio/UF: Maracaná/PA

Representante Legal: ELIEL MONTEIRO GALVÃO

Data Constituição: 05/04/1998

CPF: 678.079.922-04

Informações da DAP

Emissor: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

CNPJ: 05.402.797/0001-77

Agente Emissor: GILMAR FEITOSA DE SOUSA

Local de Emissão: Maracanã/PA

CPF: 591.694.512-49

Composição Societária

Composição Societaria		- 1 1 - D 1 4' - 9/
Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
	26	100
Demais agricultores familiares		

Quantidade de DAPs por Município/UF

Quantidade de DAPS por		Quantidade
	Município/UF	Quantidade
		26
Maracanã		

Posultado Composição Societária

Resultado Composição Societária		
Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MDA	26	100,00
Associados sem DAP	0	0,00
	26	100%
Total dos Associados	The second secon	

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: http://dap.mda.gov.br (http://dap.mda.gov.br/)

Jafen

smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/Visualizar?Token=Y3BmPTAyOTk4MzcwMDAwMTk1Jm51bWVyb0RBUD0mdXN1YXJpbz0mY2h...



### Extrato de DAP Pessoa Jurídica

Chave do extrato: 33493

Emitido em: 22/04/2021 às 17:13:41

DAP: SDW0299837000012004210846

Versão DAP: 3.2

Emissão: 20/04/2021

Valldade(\*): 20/04/2023

Informações da Pessoa Jurídica

CNPJ: 02.998.370/0001-95

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32

Tipo Pessoa Jurídica: Associação da AF

Municipio/UF: Maracanā/PA

Data Constituição: 05/04/1998

Representante Legal: ELIEL MONTEIRO GALVÃO

CPF: 678.079.922-04

Informações da DAP

Emissor: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

CNPJ: 05.402.797/0001-77

Agente Emissor: GILMAR FEITOSA DE SOUSA

CPF: 591.694.512-49

Local de Emissão: Maracanã/PA

Composição Societária

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Demais agricultores familiares	26	100

Quantidade de DAPs por Município/UF

	Município/UF	and the second s	Quantidade
Maracanã	T. Comments	to the second of the second second	26

Resultado Composição Societária

Att Land BAR December	sides and MDA	26	400.00	
Número de titulares com DAP Reconhe	ados pelo MDA	20	100,00	
Associados sem DAP	The february	0 0 0 0 0	0,00	
Total dos Associados	200	26	100%	

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social. A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: http://dap.mda.gov.br (http://dap.mda.gov.br/)



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.998.370/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE I	NSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/10/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS PEQI	UENOS PRODUTORES DO KM 3	32	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 94.30-8-00 - Atividades d	DADE ECONÓMICA PRINCIPAL e associações de defesa de dire	eltos sociais	
94.93-6-00 - Atividades d	e organizações associativas liga	adas à cultura e à arte	
94.99-5-00 - Atividades a 47.24-5-00 - Comércio va 46.33-8-01 - Comércio at CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - Associação Priva LOGRADOURO	ssociativas não especificadas a rejista de hortifrutigranjeiros acadista de frutas, verduras, raí JREZA JURÍDICA	zes, tubérculos, hortaliças e legume	s frescos
94.99-5-00 - Atividades a 47.24-5-00 - Comércio va 46.33-8-01 - Comércio at CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - Associação Priva LOGRADOURO ROD PA 127 KM 032	ssociativas não especificadas a rejista de hortifrutigranjeiros acadista de frutas, verduras, raí UREZA JURÍDICA ida	nteriormente  zes, tubérculos, hortaliças e legumente  NÚMERO S/N  COMPLEMENTO	s frescos
94.99-5-00 - Atividades a 47.24-5-00 - Comércio va 46.33-8-01 - Comércio at CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - Associação Priva LOGRADOURO	ssociativas não especificadas a rejista de hortifrutigranjeiros acadista de frutas, verduras, raí JREZA JURÍDICA	zes, tubérculos, hortaliças e legume	s frescos
94.99-5-00 - Atividades a 47.24-5-00 - Comércio va 46.33-8-01 - Comércio at CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVA LOGRADOURO ROD PA 127 KM 032	ssociativas não especificadas a rejista de hortifrutigranjeiros acadista de frutas, verduras, raf JREZA JURÍDICA Ida BAIRRODISTRITO	nteriormente  zes, tubérculos, hortaliças e legumente  NÚMERO S/N  MUNICÍPIO	UF PA
94.99-5-00 - Atividades a 47.24-5-00 - Comércio va 46.33-8-01 - Comércio at CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVA LOGRADOURO ROD PA 127 KM 032	ssociativas não especificadas a rejista de hortifrutigranjeiros acadista de frutas, verduras, rafi UREZA JURÍDICA ada  BAURRODISTRITO INTERIOR	nteriormente  zes, tubérculos, hortaliças e legumente  NÚMERO S/N  MUNICÍPIO MARACANA  TELEFONE	UF PA



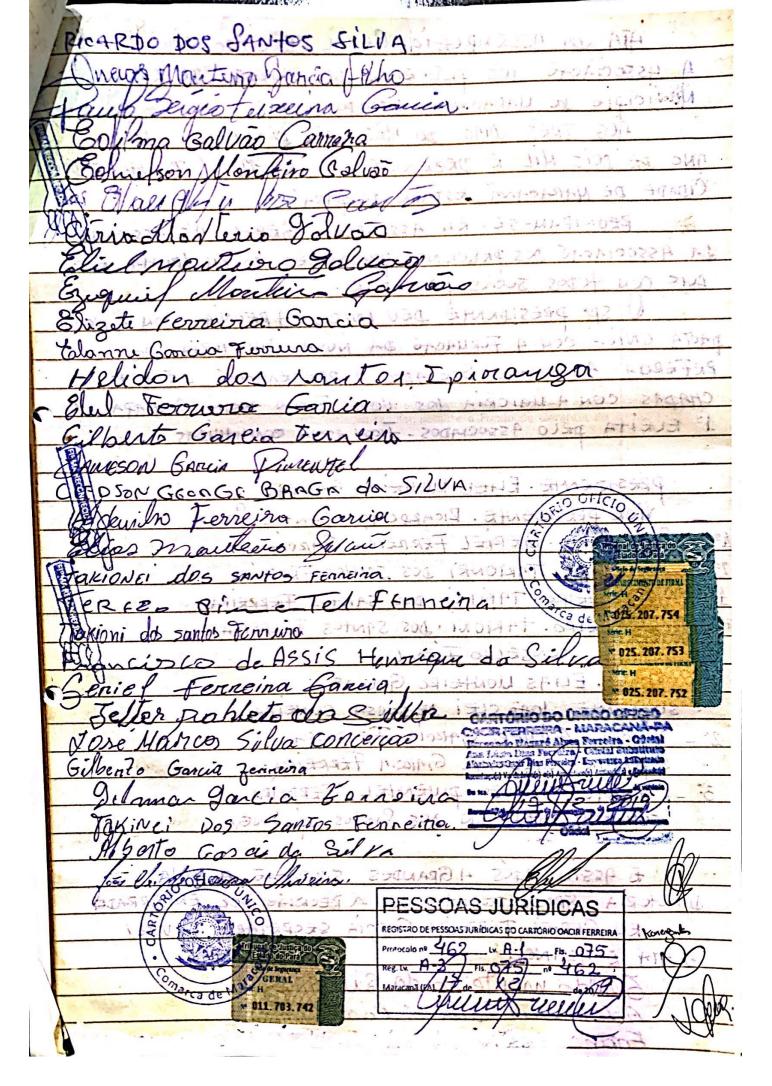
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/04/2021 às 17:11:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



- ATA DA ASSEMBLEIA GERAL QUE CONTITUTO
A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KILL 36, 5
MUN'ICIPIO DE MARACANA - ESTADO DO PARA.
AOS TRES DIAS DO MES DE DEZEMBRO DO
AND DE DOIS HIL E DEZENOVE, NO KY 30 (TRINTA EDOIS)
CIDADE DE MARACANT, ESTADO DO PARA'.
REONIRAN- SE. RU ASSENBLEIA GEPAL, US ASSOCIADOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PROJUTORES DO KY TRINTA E
DOIS COU FODOS SOCIOS PRESENTE.
U SPO PRESIDENTE DEU INÍCIO A REUNIAO COM A NOVA
PAUTA UNICA CON A FORMACAS DA NOVA DIRETORÍA DA
PRÉFERMA. ASSOCIAÇÃO. QUE Apos A PRESENTAÇÃO DE DUAS
CHAPAS. CON A MAIORIA DOS VOTOS FICOU ASSIM A CHAPA
1º ELEITA PELO ASSOCIADOS. FICOU ASSILI CONTITUIDAS
They say bound Villenial to the said to be a second
PRESIDENTE. ELIEU MONTEIRO GALVATO DODOD DECEMBLE
VICE PRESIDENTE. RICARDO DOS SANTOS SILVA
1º SECRETARIO. GERIEL FERREIRA GARCIA
18 _ SECRETARIO. TAKIONE'I DOS SANTOS PERPEIRA
1'_ HESOUPEIRO. TAKINEI, DOS SANTOS TERREIRA
- TESOUREIRO. TAKIONI DOS SANTOS FERREIRA.
Conselho Fiscal Horald
- FISCAL. ELIAS UNHEIRO GALVAG
- SUPLENTE: 1040 CLEI DE SOUSA OLIVEIRA
2° - FISCAL GILHAR GARCIA FERREIRA
SUPLENTE GILBERTO GARCIA FERREIPA
3: - FISCAL , TEREZO DILIENTEL TERRETRA
SUPLENTE . HELIDON DOS SANTOS UPIRANGA
Market State of the state of th
E ACSILI APOS A GRANDES SAUDAÇÃO A NOVA
DIRETORIA SP. PRESIDENTE DEO A REUNIÃO POR ENCERRADA
EU GERIEL FERREIRA GARCIA SECRETARIO LAUREI
A ATA E ASSINE).
Evaldo monteiro da Silva de la varias
Ademitton Roid do RosaRio
Francisco Tirreira do posito



Voltar

Imprimir



### Certificado de Regularidade do **FGTS-CRF**

Inscrição:

02.998.370/0001-95

Razão Social: ASSOC DOS PEQ PRODUTORES KM 32

Endereço:

ROD PA 127 KM 32 SN / INTERIOR / MARACANA / PA / 68710-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/04/2021 a 15/05/2021

Certificação Número: 2021041602341127651410

Informação obtida em 22/04/2021 17:07:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN DEPARTAMENTO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO E TRIBUTOS - DCIT CNPJ: 04.880.258/0001-80



# REQUERIMENTO UNIFICADO DO DCIT

No. 10 No	and the best of	1 1 1 1	and the state of t
DAI	DOS DO CONTRIBUINTE		1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1
	O GALVATO	CPF: 6.78.0	79.912-04
REGORGÃO EXPEDIDOR: 3457470 C	RES KUBZEIGHN. CO		
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO ( ): CASADO O		IÚVO ( )	QNT. FILHO: 03
	RESIDÊNCIA DO CONTRIB	UINTE	
ENDEREÇO: PA 127 KU32			*N° 5/N
BAIRRO: Z: RUKYL	*QUADRA:		URBANA: (X) RURAL
CIDADE: MARACANA - PA	UF: PARA	CEP: 60	740-000
Campo de preenchimento obrigatório, se houver da	idos.		
SOLICITACIO	- marque com um X sua(s)	oncão(ões):	Separation of the second
101. TÍTULO DEFINITIVO DO IMÓVEL.	marque com um 74 suu(s)	) 09, ALVARÁ DE	LICENÇA.
02. DECLARAÇÃO DE POSSE.	į.	) 10. DAM IPTU.	
) 03. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA.	(	) 11. DAM ISS.	
) 04. DECLARAÇÃO DE USO DO SOLO.	(	) 12. DAM GUIA	DE SEPULTAMENTO.
05. PARCELAMENTO DO IMÓVEL (DESMEN			RIZAÇÃO DE JAZIGO. AMENTO AO DETRAN.
, 06. CERTIDÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO ) 07. REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DO CAD, IMOB		) 15. OUTROS.	AMERICA AD DETRACT
08. CERTIDÃO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO MU		,	o positivo).
	F. B. Land and App.		
formações Complementares:		3	
	e de la companya de l		
		44.	
	a land a second		
Conforme documentação anexa, ao tempo qu	e DECLARA sob as penas t	previstas nas Leis M	unicipais nº 021 de 27 de
dezembro de 1993 – Código Tributário e nº 04			
posteriores, que as informações e documentos apre-			
que a não apresentação ou apresentação parcial da			
tipo de pedido poderá ensejar no arquivamento dos			
indicado no cabeçalho. Sempre que o pedido for			
PROCURAÇÃO, devidamente reconhecida e vá	ilida. Toda documentação an	exa deve ser CÓPIA	· 10, 1
Nest	tes termos, peço deferimento.		
	Managan 2/D4 4	8 de 9BR	1
	Maracana/PA,	O de JUN	de 2021.
010			
Elie In	1 overo 8	-11-=	
to the transfer of the second	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	rupe to the section of the section o	
Assinatura do Contrit	buinte ou representante lega	al (sem abreviação)	
that out the property		P 1	
CONSIDERAÇÕES DO DCIT		PROTO	COLO Nº: Q.f (
		1	and the same of th
			N°: 56_
K	,	LIVRO	Nº: 02
		DATA:	2010412021
	1	1	The second secon
included the production of the second	To I	ASSINA	TURA: Bucinst
			2/1
10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	10 A1 D : A : ATE	0710.000.14	4111
Avenida Magalhães Barata, N	21, Bairro Centro, CEP: 68	8710-000, Maracanã	, Para Pled Joseph
(人) (1900年) (		X17	0-0-4
the state of the s		/ / Y	



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32

CNPJ: 02.998.370/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 07:56:00 do dia 27/04/2021 <hora e data de Brasília>. Válida até 24/10/2021.

Código de controle da certidão: 60FF.D29F.435A.C250 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

### SERVIÇO GRATUITO



### GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

## CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32

Inscrição Estadual: 15.420.396-3 CNPJ: 02.998.370/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que NÃO CONSTAM, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 17:08:43 do dia 06/04/2021

Válida até: 03/10/2021

Número da Certidão: 702021080487555-1

Código de Controle de Autenticidade: 6DFFA178.48093ABC.11048D8F.38AAFDAF

#### Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6° da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de oficio, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense. SERVIÇO GRATUITO

Janesputtes



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32 (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 02.998.370/0001-95 Certidão nº: 11794754/2021

Expedição: 06/04/2021, às 17:10:31

Validade: 02/10/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32 (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 02.998.370/0001-95, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

#### **SERVICO GRATUITO**



#### GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

### CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32

Inscrição Estadual: 15.420.396-3 CNPJ: 02.998.370/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que NÃO CONSTAM, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, incritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 17:08:43 do dia 06/04/2021

Válida até: 03/10/2021

Número da Certidão: 702021080487556-0

Código de Controle de Autenticidade: 2FA933CB.BFBBA8AF.34AD3B21.A56497BA

#### Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9° da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de oficio, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense. SERVIÇO GRATUITO

https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/emitirCertidao.action

### CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO "OACIR FERREIRA" CNPJ nº 07.867.989/0001-84 FERNANDO N. ALVES FERREIRA **TABELIÃO** CPF/MF Nº. 057.882.002-10 ANA LÚCIA DIAS FERREIRA **SUBSTITUTA** CPF/MF Nº. 083.978.992-00 ALEXANDRE OACIR DIAS FERREIRA CPF/MF Nº 645.465.432-04 **ESCREVENTE AUTORIZADO**

# CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins de direito que hoje foi Registrado no Livro de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas A-3 às fis. 075 sob nº de Ordem 462, ATA DA ASSEMBLEIA GERAL QUE CONSTITUI A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM-32, Município de Maracanã, Estado do Pará, datada 03 de dezembro de 2019. Presidente:- ELIEL MONTEIRO GALVÃO; Secretário: GERIEL FERREIRA GARCIA; Tesoureiro: TAKINEI DOS SANTOS FERREIRA.

O referido é verdade do que dou fé.

Maracanã (PA), 17 de dezembro de 2019

Fernándo Nazaré Alves Ferreira

Oficial.

RUA ESPÍRITO SANTO Nº 36.

CEP.: 68.710-000

MARACANA-PAR



# DECLARAÇÃO

Associação dos Pequenos Produtores do Km 32, inscrito no CNPJ nº 02.998.370/0001-95, por intermédio de seu representante legal o Srº Eliel Monteiro Galvão, portador da Carteira de Identidade nº 3457770 e do CPF nº 678.079.922-04, DECLARA, sob as penas da lei, para fins da CHAMADA PÚBLICA 001/2021, que é o responsável pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus associados/cooperados estabelecido no Art. 32 da Resolução FNDE no 26/2013.

Farinha de M	Iandioca Regional
Ricardo dos Santos Silva	R\$ 6.794,38
Ciria Monteiro Galvão	R\$ 6.794,38
Ezequiel Monteiro Galvão	R\$ 6.794,38
Vitor Melo Farias	R\$ 6.794,38
Elias Monteiro Galvão	R\$ 6.794,38
Takinei dos Santos Ferreira	R\$ 6.794,38
Taniele Correa Galvão	R\$ 6.794,38
Eliel Costa Gomes Bolhosa	R\$ 6.794,38
Helidon dos Santos Ipiranga	R\$ 6.794,38
Geriel Ferreira Garcia	R\$ 6.794,38
José Marcos Silva Conceição	R\$ 6.794,38
Gilmar Garcia Ferreira	R\$ 6.794,38
Gilberto Garcia Ferreira	R\$ 6.794,38
Isabel da Conceição Silva	R\$ 6.794,38
Edilma Galvão Carrera	R\$ 6.794,38
Adenilson Ferreira Garcia	R\$ 6.794,38
Cledson George Braga da Silva	R\$ 6.794,38
João Cley de Sousa Oliveira	R\$ 6.794,38
Eliel Monteiro Galvão	R\$ 6.794,38
Francisco Teixeira do Rosário	R\$ 6.794,38
Gilberto Garcia Ferreira	R\$ 6.794,38
Ademilton Raiol do Rosário	R\$ 6.794,38
Franciele Garcia da Costa	R\$ 6.794,38
Francisco de Assis Henrique da Silva	R\$ 6.794,38
Isaque Ferreira da Conceição	R\$ 6.794,38
Patricia Carvalho Costa	R\$ 6.794,38
Total	R\$ 176.654,00

Maracanã-PA, 20 de Abril de 2021/.

(Representante legal)

I - Identificação da Pessoa Jurídica		SDW0298	SDW0299837000012004210846
1.CNPJ: 02.998.370/0001-95  3.Razão Social: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32  4.Nome Fantasia: APP  6.Email: ASSOCIAÇÃODOSPRODUTORESKN32/@GMAIL COM		2.Inscrição Estadual: 154203963 5.Data de Constituição: 05/04/1998	1./
6.Email: ASSOCIACAODOSPRODUTORESKM32@GMAIL.COM 8.Endereço: RODOVIA PA 127 - KM 32 10.Bairro e Distrito: ZONA RURAL 12.Municipio - UF: Maracaná - PA		7.Site: 9.Número: S/N 11.CEP: 00068-710	
13.Telefone: Tipo CELULAR DDD: 91	Número: 8771-9495	Ramal:	
II - Identificação do quadro social 1. Númen total de Associados: 26 *Relação anexa	2.Número de sócios Agricultores Familiares: 26		
III - Informações complementares 1. Too de Pessoa Juridica: Associação da AF IV - Declaração do(a) Responsável pela Entidade		(1) D (1) P	
Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do código Penal), que os dados acima correspondem à verdade.	n à verdade.	Polegar diretto 1	Polegar direito 2
CPF 678.079.922-04 Local: Assiratura: Blill Mallino Grand	ellos		
V - Atestado da Entidade Credenciada pelo MAPA			
Alesto que a Pessoa Jurídica acima identificada atende ao questro - Composição societária (Conforme estabelecido no MCR) - para ser enquadrada como BENEFICIÁRIA ESPECIAL de operações de crédito rural de aparo do Pronaf.  Rezão Social: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E POTENCIA DE ASSISTENCIA TECNICA E POTENCIA DE ASSISTENCIA TECNICA E POTENCIA DE ASSISTENCIA DE ASS	(Conforme estabelecido no MCR) - para ser enquedra	da como BENEFICIÁRIA ESPECIAL de operac	ões de crédito rural de aparo do Pi
Ineffuição: CNPJ 05.402.797/0001-77 Representante	ODOPARA		
	Representante: CPF 591.694.512-49		No.

# CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO E FONTE DE RECURSOS

Art. 44 - O patrimônio e os fundos da associação serão constituídos por:

- a) Donativos ou doações de natureza legal;
- b) Contribuições mensais dos associados;
- c) Bens móveis e imóveis;
- d) Rendimentos de compras, vendas e aplicações financeiras;
- e) Auxílio de subvenções recebidas;
- f) Outras fontes de recursos não previstas neste Estatuto.
- § Único Todos os bens e recursos da associação serão empregados integralmente na execução dos seus objetivos sociais e ao seu desenvolvimento e manutenção.
- Art. 45 A Associação manterá fiel escrituração contábil de sócios, de suas despesas e receitas em livro, revestidos das legalidades legais.

# CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 46 A Associação não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e Conselho Fiscal e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.
- Art. 47 A associação só poderá ser extinta por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus associados quite em pleno gozo de seus direitos, reunidos em Assembléias Gerais convocadas especialmente para tal finalidade.
- Art. 48 Se aprovada a extinção da Associação, o patrimônio remanescente será repassado a uma entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS- ou a entidade pública.
- **Art. 49 -** O presente estatuto só poderá ser reformulado no tocante a administração em Assembléias Gerais extraordinárias especialmente convocadas para este fim.
- Art. 50 Os casos omissos serão resolvidos por maioria absoluta de votos dos associados por deliberação na Assembléia Geral extraordinária especialmente convocada.

Maracanã (PA) - KM 32, 23 de abril de 2013.



Art. 31 - Compete ao 1º Secretário:

a) Secretariar as reuniões, redigir as atas das sessões da diretoria e das Assembléias Gerais;

b) Organizar e dirigir a secretaria;

c) Organizar o registro geral dos sócios zelando para que esteja sempre em dia;

d) Responder as correspondências da Secretaria e organizar o processo relativo a admissão de novo sócios;

e) Encaminhar todas as reclamações partidas dos sócios dirigidas a secretaria;

f) Zelar pelo exato cumprimento das resoluções da diretoria e assumir a presidência no duplo impedimento do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 32 - Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos, renúncia ou vacância;
- b) Manter em boa ordem os arquivos da associação;
- c) Auxiliar o 1º Secretário em seus encargos.

Art. 33 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Arrecadar a receita geral da associação e custear as despesas autorizadas pela diretoria;
- b) Escriturar o livro caixa;
- c) Apresentar, mensalmente, à diretoria, o balancete da receita e despesas da associação;

d) Propor a diretoria pessoa de confiança para o cargo de cobrador;

- e) Assinar, conjuntamente com o presidente, papéis para a movimentação de fundos em bancos e em outras instituições financeiras;
- f) Abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Presidente;
- g) Visar e rubricar todos os livros de escrituração contábil.

Art, 34 - Compete ao 2º Tesoureiro;

a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos, renúncia ou vacância;

b) Auxiliar o 1º Tesoureiro em seus encargos.

Art. 35 – Será gratuito o exercício de qualquer cargo ou função na administração da associação.

Art. 36 - Os membros da diretoria não poderão acumular dois cargos ao mesmo tempo.

Art. 37 - A perda do mandato acorrerá quando um dos membros com qualquer cargo na associação deixar de comparecer 03 (três) vezes consecutivas às reuniões de Diretoria ou Assembléias Gerais, ou mediante processo administrativo.

Art. 38 - Em caso de candidatura de um membro da diretoria da associação a qualquer cargo eletivo

(político-partidário) este deverá se afastar do cargo 03 (três) meses antes da eleição.

Art. 39 - As eleições serão feitas por voto secreto individualmente para cada chapa concorrente à Diretoria ou Conselho Fiscal, não sendo permitido o voto por procuração.

Art. 40 - Cabe à Assembléia Geral aprovar o Regimento Eleitoral e a Comissão Eleitoral que coordenará o processo de eleição da Nova Diretoria e Conselho Fiscal.

### CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Art. 41 - O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos todos associados eleitos em assembléia geral e com o tempo de mandato igual ao da Diretoria;

Art. 42 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que houver necessidade com o total de participação de seus membros;

Art. 43 - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar a situação financeira da associação, emitindo parecer sobre as referidas contas a ser apresentado à Assembléia Geral;

b) Conferir mensalmente o saldo de rendimento em caixa;

c) Averiguar as reclamações dos associados sobre os serviços prestados pela entidade

d) Dar conhecimento a diretoria executiva das conclusões de seus trabalhos comuni Assembléia geral as irregularidades verificadas;

e) Convocar a Assembléia Geral quando houver necessidade.

do a estes e à

Art. 23 - As deliberações da Assembléia Geral serão aprovadas por maioria simples de votos dos presentes. Art. 24 - A Assembléia Geral só deliberará sobre os assuntos para os quais haja sido convocada.

# CAPÍTULO VI DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25 - A Associação será administrada por uma diretoria composta de: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, 2° Secretário, 1° Tesoureiro, 2° Tesoureiro.

Art. 26 - O mandato da diretoria será por um período de 02 ( dois) anos podendo concorrer a reeleição.

Art. 27 - As reuniões da diretoria serão mensais e só poderão ser realizadas com a participação da maioria

# Art. 28 - Compete a Diretoria:

- a) Defender os interesses dos associados;
- b) Elaborar o programa semestral ou anual da Associação submetendo a apreciação da Assembléia
- c) Executar o programa social, cumprir e fazer cumprir o Estatuto as relações da Assembleia Geral e resolver todos os casos omissos ao Estatuto convocando a Assembléia Geral quando for o Caso;
- d) Decidir sobre a convocação da Assembléia Geral;
- e) Apresentar o fluxo do caixa semestral ou anual da Associação;
- f) Opinar sobre as propostas de admissão dos sócios remetendo-as nos casos específicos neste Estatuto e homologação da Assembléia Geral;
- g) Deliberar sobre a eliminação dos sócios nossos casos previstos neste estatuto;
- h) Aprovar e por em execução e Regimento Interno e o regulamento de cada serviço, podendo alterálo, no todo ou em parte, ou ainda revê-los após deliberações em Assembléia Geral;
- i) Exercer outras atividades correlatas;
- j) Criar normas, comissões e assessorias que fizerem necessárias a execução dos serviços da associação para o alcance dos seus objetivos.

### Art. 29 - Compete ao Presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir o estatuto;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e as sessões comemorativas realizadas pela associação;
- c) Convocar Assembléia Geral e presidir salvo quando se tratar de prestações de contas;
- d) Apresentar à Assembléia Geral os relatórios dos trabalhos da Associação e as contas da Administração;
- e) Representar a associação ativa e passivamente em juízo ou fora dele e em geral nas relações com terceiros, podendo para isso construir procuradores;
- f) Assinar, juntamente com o tesoureiro, os papéis para a movimentação de fundos em bancos ou em outras instituições financeiras;
- g) Abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o tesoureiro;
- h) Visar e rubricar todos os livros e documentos da associação inclusive os de escrituração contábil;
- i) Coordenar, dirigir, e supervisionar todas as atividades da associação;
- j) Administrar os bens da Associação em comum acordo com os demais diretores respondendo civil e criminalmente pelos abusos e prejuízos;
- k) Exercer outras funções correlatas.

### Art. 30 - Compete ao Vice-Presidente:

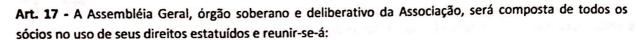
a) Substituir o presidente em seus impedimentos temporários e auxiliá-los em seus encargos;

b) Assumir a presidência nos casos de impedimento, renúncia ou vacância a fim de convocar a Assembléia Geral para a eleição do outro Presidente a qual deverá por realizada no prazo de 30 (trinta) dias após a data em que assumir.

## <u>CAPÍTULO V</u> DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 16 - São Órgãos dirigentes da Associação:

- a) Assembléia Geral:
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.



- a) Ordinariamente, a cada trimestre, sendo convocada pelo Presidente da entidade;
- b) Extraordinariamente, sempre que houver necessidade desde que convocada pelo Presidente, ou a pedido de pelo menos 20 % de seus sócios, ou ainda pelo Conselho fiscal da entidade.
- Art. 18 A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação com a presença de pelo menos 2/3 dos associados no gozo de seus direitos estatuídos; em segunda convocação, com intervalo de 30 (trinta) mínutos da primeira, com 50% dos sócios quites; em terceira convocação com o mínimo de 20% dos associados quites presentes.

§ Único – A convocação será feita mediante edital publicado na imprensa ou fixado no quadro de avisos da Associação com antecedência mínima de 15(quinze) dias.

Art. 19 - Se a Assembléia Geral for convocada a pedido por 20% dos sócios o mesmo número de convocados deverá se fazer presente ou então considerar-se-á sem efeito a convocação.

Art. 20 - Dependerá de deliberação da Assembléia Geral Ordinária:

- a) A aprovação dos relatórios e atas da Diretoria Executiva, mediante prévio parecer do Conselho Fiscal:
- b) A fixação do valor da mensalidade aos associados, quando for o caso;
- c) A eleição e posse da Diretoria Executiva;
- d) A delimitação da área de abrangência da Associação;
- e) A Admissão de sócios efetivos no quadro social;
- f) A aprovação de programa de trabalho da Associação;
- g) A eleição do Conselho Fiscal;
- h) Outros assuntos de interesses sociais.

§ Único – As decisões da Assembléia Geral serão obrigatoriamente acatadas por todos os associados, ainda que discordantes ou ausentes.

Art. 21 - Dependerá de deliberações da Assembléia Geral Extraordinária:

- a) A apreciação de assuntos que poderão comprometer a vida e a finalidade da Associação;
- b) Alteração deste Estatuto;
- c) Substituir membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- d) Outros assuntos específicos.

Art. 22 - As reuniões das Assembléias Gerais serão coordenadas pelo presidente da Associação, ou ha sua ausência, por seu substituto legal, ou ainda por um sócio eleito pela assembléia para este fim, competindo-lhes verificar a regularidade, convocação e a presença no número legal de sócios para declarar a Assembléia Geral em condições de deliberar os assuntos da pauta.

Honeyfire

j) Zelar pela ordem e acompanhar com atenção o desempenho das reuniões promovidas pela la material de material de

k) Acatar com respeito a opinião dos demais companheiros;

l) Indenizar, dentro do prazo que lhe foi estipulado, qualquer prejuízo material causado a Associação

### <u>CAPÍTULO IV</u> DA SUSPENSÃO, DEMISSÃO, E EXCLUSÃO

Art. 9° - O associado poderá ter suspenso seus direitos sociais, por decisão da Diretoria, caso venha a exercer cargo ou função que afete ou colida com os objetivos da entidade ou deixar de cumprir quaisquer cláusulas deste estatuto ou resoluções da associação.

Art. 10 - Haverá a demissão de associados que, expressamente, pedirem seu desligamento ou no caso de ocorrência de falecimento da pessoa física.

Art. 11 - Haverá a exclusão do associado que cometer falta grave que afete à entidade, especialmente nos seguintes casos:

- a) Houver levado a Associação á pratica de atos Judiciais para obter o cumprimento de obrigações para ele contraído;
- b) Lesar o patrimônio ou imagem da entidade.
- c) Cometer faltas contra a Associação tentando ludibriar quaisquer de seus poderes ou manifestar-se em termos efetivos contra seu crédito moral e atos que prejudiquem o seu conceito público;
- d) Deixar de pagar a sua mensalidade e contribuições durante 03 (três) meses e, após parecer da diretoria da Associação;
- e) Presta a Associação informações inverídicas;
- f) Depois de notificado, voltar a infringir a disposição deste Estatuto, das resoluções ou deliberações da Associação;
- g) Outros casos lesivos à associação, ou ao seu quadro social, apurados em processo administrativo.

Art. 12 – A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Presidente da associação, não podendo ser negado.

Art. 13 - A exclusão será aplicada pela Diretoria, em reunião expressamente convocada para este fim, sendo facultada a participação do acusado para apresentação da sua defesa.

§ 1º - Deliberando a Diretoria pela exclusão do associado, este deverá ser notificado por escrito da decisão de sua penalidade. Em caso de recusa de recebimento da notificação, por parte do associado, duas testemunhas assinam o referido documento.

§ 2º - O atingido poderá recorrer à Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ 3º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da próxima Assembléia Geral, na qual o assunto será incluído na ordem do dia, do Edital de Convocação respectivo.

§ 4º - A exclusão se efetivará, automaticamente, se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto do §2º deste artigo.

Art. 14 – Os deveres dos associados perduram para os afastados, demitidos e excluídos, até que sejam aprovadas pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu seu afastamento.

Art. 15 - Em qualquer caso de demissão ou exclusão, o associado não tem direito a restituição financeira de qualquer espécie.

#### CAPÍTULO II DOS SÓCIOS



### Art. 5° - Os sócios classificam-se nas seguintes categorias:

- a) FUNDADORES: São os que participaram da fundação e assinarem a ata de constituição da associação;
- b) EFETIVOS: Os que residem na área de atuação da associação e a ela estão associados;
- c) HONORARIOS: Os que prestarem notório, e relevantes serviços em beneficio das comunidades, decisão esta proferida em Assembleia Geral por pelo menos 2/3 dos associados.

Art. 6° - Tanto os sócios fundadores quanto os efetivos, têm os mesmos direitos e deveres perante a associação.

§ Único- Em quaisquer reuniões os sócios honorários terão somente direito a voz.

# CAPÍTULO III DOS DIREITO E DEVERES DOS SÓCIOS

### Art. 7º - São direitos dos sócios Fundadores e Efetivos:

- a) Votar e ser votado;
- b) Tomar parte das Assembleias Gerais;
- c) Recorrer a Associação quando prejudicados, para a defesa dos seus direitos;
- d) Reclamar perante os dirigentes da Associação ou Órgãos competentes o fiel cumprimento deste Estatuto;
- e) Pedir o seu desligamento do quadro social da Associação;
- f) Participar de todas as atividades realizadas pela Associação, responsabilizando-se pelos danos por ventura causados;
- g) Convocar Assembléia Geral, juntamente com 20% de seus associados;
- h) Propor admissão de novos sócios;
- i) Solicitar por, escrito, informações sobre as atividades da Associação e consultar, na sede da Associação, os livros de contabilidade e documentos que devem estar à disposição do associado.

### Art. 8° - São deveres dos sócios:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) Executar as atividades agrícolas e outras em conformidade com as orientações da Entidade prestadora de Assistência Técnica na área;
- c) Acatar as determinações dos Órgãos de direção e fiscalização da Associação;
- d) Desempenhar encargos que lhe forem conferidos com presteza e dedicação;
- e) Estar quites com a Associação;
- f) Portar carteira de associado;
- g) Comunicar os dirigentes da Associação, as irregularidades de que tenham conhecimentos, praticados ou não por sócios e que prejudiquem as atividades comunitárias e o conceito da Associação;
- h) Zelar pelo patrimônio financeiro, material e moral da Associação, colocando os interesses da coletividade acima do interesse individual;

I) Portar-se com dignidade e respeito dentro das dependências da Associação, exigindo idêntico comportamento daqueles que a acompanham;

# EST TUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM-32 - MUNICÍPIO DE

# CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETIVOS E DURAÇÃO

- ART. 1º A Associação dos Pequenos produtores do km 32, pessoa jurídica de direito privado, beneficente, criada em 05(cinco) de abril de 1998, sob a forma de associação, tendo sede administrativa localizada na Rodovia PA 127, Km 32, Município de Maracanã, Estado do Pará, CEP 68 710 000, com foro jurídico na Comarca de Maracanã Estado do Pará, reger-se-á pelo presente estatuto, tendo ainda:
- § 1° Área de ação, para efeito de admissão de associados, circunscrita na localidade do Km-32, neste Município de Maracanã, Estado do Pará e demais localidades circunvizinhas.
- § 2º Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
- § 3º -Adoção dos princípios da unidade comunitária e da democracia entre os seus associados.
- § 4° Prestação de serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela.

## Art.2° - A Associação terá como objetivos:

- a) Colaborar no desenvolvimento e defesa dos interesses dos associados da mesma, atuando junto às instituições financeiras, oficiais e particulares, pleiteando acesso a financiamentos, tanto para a associação como para os associados podendo, inclusive, servir como avalista para os mesmos;
- b) Fomentar a Economia Solidária, desenvolvendo formas de cooperação que auxiliem os associados na produção agropecuária, pesca e aquicultura, nas atividades artesanais, no processamento e industrialização de seus produtos, na comercialização de bens e serviços;
- c) Desenvolver projetos e medidas de proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à terceira idade;
- d) Representar seus associados, quando for outorgado poder para isto, perante as instâncias Jurídicas;
- e) Executar projetos visando a educação ambiental, a preservação, e a conservação dos recursos naturais na área da sua atuação;
- f) Assegurar aos produtores a colocação de seus produtos no mercado facilitando o acesso direto aos consumidores de baixa renda;
- g) Promover a obtenção de crédito e financiamento individual ou comunitário para atender as necessidades de seu quadro social, bem como executar serviços de abastecimento de bens de consumo e/ou de produção dos associados;
- h) Executar projetos em apoio às manifestações artísticas e culturais do povo maracanaense e região;
- i) Desenvolver projetos e ações voltados a assistência educacional, saúde pública, esporte e lazer nas suas diversas manifestações e modalidades;
- j) Promover trabalhos coletivos (mutirão) e práticas cooperativistas entre associados;
- k) Filiar-se a entidades federativas que não adotam princípios contrários ao desta entidade, preservando-se a autonomia desta associação;
- Executar projetos sociais voltados à urbanização, construção, ampliação, reforma ou conclusão de moradias através de programas governamentais e não governamentais;
- (n) Comercialização de bens podendo vender e comprar na atividade de comercio atacadista e varejista de hortifrutigranjeiros.
- Art. 3°- Para fim de execução de projetos e ações a Associação poderá celebrar convênios com instituições públicas e entidades congêneres nacionais e internacionais.
- Art. 4º-Os projetos de urbanização, construção, ampliação, reforma ou conclusão de moradias, terão como público prioritário os sócios da Ascociação e deverão ser executados em sua área de altrangência, preferencialmente, sob a forma de mutirão.

Karengan

# ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO KM 32

CNPJ: 02.998.370/0001-95

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 154203963

ENDEREÇO: ROD. PA 127 KM 32. ZONA RURAL CEP: 68.710-000

# **DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que os Gêneros Alimentícios e serem entregues na Chamada Pública do PNAE são produzidos pelos associados da Associação dos Pequenos Produtores do Km 32, em trabalho da Agricultura Familiar.

Maracanã, 20 de Abril de 2021.

RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE

Markino Foldoso

ELIEL MONTEIRO GALVÃO

CPF: 678.079.922-04